

O Estado Novo e a Educação Pré-escolar. Os debates parlamentares de 1938

Paulo Drumond Braga

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

E-mail: drumondbraga@hotmail.com

Palavras-chave

Educação pré-escolar, Estado Novo, Assembleia Nacional, Ministério da Educação Nacional.

Resumo

A 9 de outubro de 1937, pela mão do ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, o Estado Novo extinguiu, na prática, a educação pré-escolar pública. Cerca de um mês depois, o mesmo ministro, ao propor à Assembleia Nacional uma ampla reforma do ensino primário, manteve a sua intenção de não a restabelecer. Entre março e abril de 1938, com base na proposta de lei e num parecer da Câmara Corporativa, a Assembleia Nacional debateu o assunto. Apesar de ser visível, quer no referido parecer quer nas intervenções de alguns deputados, que nem todos os notáveis do Estado Novo eram insensíveis à necessidade de se restabelecer a educação pré-escolar pública, acabou por prevalecer a conceção dominante do regime, a de que tais cuidados deveriam ser da competência das mães, e a proposta de Carneiro Pacheco foi aprovada.

Title

The New State and the preschool education. The parliamentary debates of 1938

Keywords

New State, National Assembly, educational policies, preschool education.

Abstract

The New State enacted, in practice, the extinction of the public preschool education (1937), as its educational philosophy considered that it should be the mothers' job, duly administered by institutions such as the Work of Mothers for National Education.

This paper approaches the debates that took place in the National Assembly in March and April 1938, following an education reform proposal presented by the Minister for National Education, Carneiro Pacheco.

1 A educação pré-escolar pública até aos inícios do Estado Novo

Quando o Estado Novo começou, em 1933, a educação pré-escolar era, pelo menos em parte, uma responsabilidade do governo. Para perceber esta situação há que remontar à primeira República. Em março de 1911, o ministro do Interior, António José de Almeida, criou escolas de ensino infantil facultativo e gratuito, em cada bairro de Lisboa e Porto, em todas as cidades capitais de distrito e ainda nas sedes dos principais concelhos. Destinavam-se a crianças a partir dos quatro anos e a formação duraria ao todo três anos, compreendendo aquisições elementares de vocabulário, leitura, escrita, geografia local, contos e lendas tradicionais e conhecimento das autoridades locais. O ensino seria ministrado por professoras diplomadas nas escolas normais, que formavam professores primários, ou, se as não houvesse, pessoas com reconhecida competência. Sabe-se que abriram escolas infantis no Porto e em Lisboa, mas as primeiras inscrições datam apenas de 1927. Em julho de 1914 foi decretado que, nas escolas normais, os alunos praticassem nos dois últimos anos em escolas primárias e em jardins de infância anexos. Em maio de 1919 a reforma do ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra, previa a existência de escolas infantis dos quatro aos sete anos em todas as capitais de distrito e em sedes dos concelhos. Onde não existissem, haveriam classes infantis nas escolas primárias. Em outubro de 1924 foi determinada a criação de classes infantis nas escolas primárias de Lisboa, medida suspensa em novembro de 1925¹.

Nos anos que se seguiram à implantação da ditadura militar (1926), as alterações foram surgindo algo lentamente no que à educação pré-escolar dizia respeito. Em outubro de 1926, foram mandadas criar mais 12 escolas infantis em Lisboa, para continuar a dar cumprimento ao decreto de 1919. Mas, em abril de 1927, determi-

nou-se que as mesmas passassem a funcionar nas escolas primárias, como classes infantis. Em janeiro de 1930 – já com Salazar como ministro das Finanças (desde 1928) e à beira de se tornar chefe do Governo (1932) e de institucionalizar o novo regime, o Estado Novo (1933) – determinou-se que as professoras primárias pudessem, na falta de especialistas, trabalhar nas classes infantis. Em julho, ao serem criadas as escolas de magistério primário de Lisboa, Porto, Braga e Ponta Delgada, surgiu o curso de educadora de infância, que durava apenas um ano e era um complemento do de professor primário. Em setembro de 1932 separaram-se os cursos de ensino primário e de ensino infantil, devendo este último funcionar apenas em Lisboa e no Porto e ser, uma vez mais, anual².

2 Carneiro Pacheco e o fim da educação pré-escolar pública

Nomeado, a 18 de janeiro de 1936, para titular da pasta da Instrução Pública – ministério que, a 11 de abril seguinte, passaria a chamar-se da Educação Nacional –, Carneiro Pacheco³ levou a cabo uma importante obra reformadora. Estabeleceu livros únicos em todos os graus de ensino (com exceção do superior), criou ou aprovou diversas instituições de enquadramento da ação educativa (Junta Nacional da Educação, Mocidade Portuguesa, Obra das Mães pela Educação Nacional e Mocidade Portuguesa Feminina) e reformou os ensinos primário e liceal (entre outras medidas, aumentou as marcas ideológicas nos *curricula* e impôs a obrigatoriedade de crucifixos nas salas de aula). Era todo um programa de forte politização da educação⁴, que complementava a obra anterior de Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução Pública de novembro de 1928 a julho de 1929 e de janeiro de 1930 a julho de 1933⁵.

No que diz respeito à educação pré-escolar pública, a ação de Carneiro Pacheco também se fez sentir. A 9 de outubro de 1937,

extinguiu-a, na prática, ao decretar: “Consideram-se para todos os efeitos como pertencentes ao quadro geral as professoras das escolas do ensino infantil, e estas podem ser extintas ou convertidas em escolas do ensino elementar”. Tais docentes seriam providas em lugares de igual categoria e, sendo possível, no mesmo distrito escolar. As vigilantes seriam colocadas em lugares compatíveis com as respetivas habilitações e, sempre que possível, categoria⁶. Mais tarde, referindo-se a este diploma, o ministro escreveu que o mesmo fora pensado “para destruir a mentira do ensino infantil oficial”⁷.

A 27 de novembro do mesmo ano, o ministro apresentou à Assembleia Nacional⁸ a proposta de lei n.º 187. Tratava-se de uma ampla reforma do ensino primário, que aqui só nos interessa porque, no longo relatório que a antecede e justifica, se fazem largas explicações sobre a educação pré-escolar. A dada altura, pode ler-se que “a existência do ensino infantil oficial em Portugal não passa de ficção”. Foram mesmo apresentados dados numéricos para tentar justificar essa asserção: no ano letivo de 1930-1931, das 476.296 crianças em idade pré-escolar, nele estavam matriculadas apenas 3.800, ou seja, 0,70%. Em 1936-1937 a percentagem era ainda mais baixa: 0,60, correspondendo a 2.924 crianças num total de 481.821. Nesse mesmo ano letivo, havia 77 lugares de docentes e estavam no ativo 21 vigilantes. A conclusão de Carneiro Pacheco parecia óbvia: “Pela índole essencialmente maternal da educação pré-escolar, que, para ser eficaz, há de dirigir-se sobretudo à habilitação das mães, o Estado não possui sequer as condições técnicas para a ministrar, o que decorre também, como essencial pressuposto, dos conceitos educativos da Constituição do Estado Novo (1933), quando atribuiu à família o encargo primordial da ação formativa”⁹.

De facto, a filosofia do Estado Novo considerava que a educação pré-escolar deveria ser da competência das mães. Carneiro Pacheco viria a referir-se ao assunto num discurso proferido a 14 de dezem-

bro de 1939 e, significativamente, intitulado “Tudo gira à volta de um berço”: “Há uma didática maternal, intuitiva, misto de cérebro e de coração, traduzida em um engenho, que às vezes surpreende as mães de bem humilde viver”¹⁰. É evidente que as mães deveriam ser devidamente orientadas pela Obra das Mães para a Educação Nacional, instituição aprovada pelo ministro em agosto de 1936, e que viria a abrir jardins infantis, centros com lactários, postos de puericultura, consultas médicas e escolas para as mães, disponibilizando ainda amas de infância a domicílio¹¹.

Assim sendo, e voltando à proposta de lei n.º 187, na respetiva base I podia ler-se: “Ao Estado incumbe estimular a ação educativa da família e auxiliar as instituições particulares que promovam a assistência educativa pré-escolar, e bem assim estabelecer a fiscalização desta”¹².

3 A educação pré-escolar vista pela Câmara Corporativa e pela Assembleia Nacional (1938)

A 4 de março de 1938, a Câmara Corporativa¹³ emitiu um parecer sobre a anteriormente referida proposta de Carneiro Pacheco. O relator do texto era o famoso escritor Júlio Dantas¹⁴, assinando-o igualmente dois outros procuradores, um antigo ministro da Instrução Pública da ditadura militar, Gustavo Cordeiro Ramos, anteriormente já referido, e ainda João Duarte de Oliveira¹⁵. Depois de se debruçar sobre o relatório prévio da proposta de reforma do ensino primário, o parecer procedia à análise de cada uma das 10 bases que a constituíam.

Sobre a primeira, a única que agora interessa, começou por se considerar que a “pedagogia moderna reconhece, como necessária, a instituição da pré-escolaridade, transição entre a família e a escola, cuja função se define pelo desenvolvimento da atividade espontânea

e livre da criança, pela educação do sentimento e do caráter, pelo início da disciplina e do trabalho, pela formação da personalidade infantil”. Vinha depois a interrogação: “O encargo da pré-escolaridade deve ser atribuído à família, ao Estado, ou à iniciativa privada?” Sendo a família, por imperativos constitucionais, a “base da educação”, a verdade é que a mesma, sobretudo nos meios rurais, carecia de capacidades para o fazer. Posto isto, deveria caber ao Estado suprir essa deficiência. Mas como, efetivamente, nunca o fez, havia duas opções: ou a extinção pura e simples do ensino pré-escolar público ou a sua implementação real. O governo optou pela primeira solução. Restava, assim, a iniciativa privada. Depois de elogiar o papel dos jardins-escola de João de Deus, que o Estado deveria continuar a subsidiar, o parecer assinado por Gustavo Cordeiro Ramos, João Duarte de Oliveira e Júlio Dantas reconhecia que a ação privada, podendo fazer muito, não podia fazer tudo: “Deveremos resignar-nos a contar só com ela, encontrando-nos perante 480.000 crianças de três a sete anos, afastadas, na sua quase totalidade, dos benefícios da educação infantil?”. A conclusão da análise da base I é, contudo, desconcertante: “Reconhece a Câmara Corporativa que, com efeito, não é este o momento de se pensar na criação e organização da educação pré-escolar como serviço do Estado, não só porque a proposta de lei em exame tem apenas por objetivo a ‘reforma do ensino primário’ – no qual não se inclui a formação infantil, adstrita a uma função, a uma pedagogia e a uma didática diferentes – mas ainda porque isso viria complicar o problema cuja solução se procura, e que consiste, na sua aparente simplicidade, em ensinar o povo português a ler, a escrever e a contar. Pareceu entretanto a esta Câmara que o ensino infantil não deve ser totalmente excluído do quadro do ensino do Estado, dada a sua importância e o seu incontestável valor formativo, aguardando-se a oportunidade de considerar esse novo problema, quando o primeiro, mais urgente, se encontrar em vias de

solução”¹⁶.

A 23 de março do mesmo ano de 1938, a Assembleia Nacional começou a debater, na generalidade, a proposta de lei n.º 187¹⁷. Usou primeiramente da palavra Maria Guardiola¹⁸, que era uma das três mulheres deputadas¹⁹. Profundamente elogiosa para com o texto de Carneiro Pacheco, criticou o parecer da Câmara Corporativa a que anteriormente se fez referência, considerando que as sugestões que o mesmo encerrava “ou são inconstitucionais ou representam, dentro da política de economia que orienta a vida da Nação, um encargo inoportuno para o Estado”. De facto, “pode argumentar-se com a impreparação da família e sua consequente incapacidade educativa, mas, acabamos de ver, qualquer outra solução seria anticonstitucional e eu direi mais, seria mesmo antinatural”. Maria Guardiola remetia para a Obra das Mães pela Educação Nacional, relembrando que nos seus estatutos vinha consignado “o princípio de que lhe pertence promover e assegurar em todo o País a educação infantil pré-escolar em complemento da ação da família”. Concluindo a sua análise da base I, a deputada mostrava a sua confiança na ação de tal organismo. “Admitir o contrário seria duvidar dos recursos infinitos, da dedicação sublime do coração das mães”²⁰.

Intervieram ainda, no mesmo dia, os deputados Moreira de Almeida²¹, Melo Machado²² (este último, apenas a título de interpeção do anterior) e Juvenal de Araújo²³. O primeiro, que criticou igualmente o parecer da Câmara Corporativa, referiu-se da seguinte forma à base I: “Este espírito de compreensão das realidades começa por se revelar na supressão do ensino infantil oficial, verdadeira ficção, atentatória até dos princípios que aconselham a educação das crianças no seio da família”²⁴.

Juvenal de Araújo comentou: “É incontestável que é à família que deve ser cometida, antes de a quem quer que seja, esta missão [educação pré-escolar]. A orientação infantil é toda uma obra

maternal, é toda uma obra de moldagem do caráter, do espírito e do sentimento, que pressupõe um conhecimento perfeito, dia a dia adquirido, momento a momento aperfeiçoado, das qualidades e das tendências da criança – que, por isso, só pode ser realizada integralmente na família”. Tal como os demais colegas, atacou o parecer da Câmara Corporativa: “Não venha argumentar-se com a dispersão, a decadência da família, o triste espetáculo que nos oferecem tantos lares em desagregação, para concluir-se que ela está, praticamente, incapacitada de desempenhar essa função. Este argumento só serve para provar o contrário: que devemos lutar, com firmeza, para robustecer cada vez mais a instituição familiar, purificando-a, prestigiando-a, integrando-a nos verdadeiros princípios morais que fizeram a sua grandeza e que lhe dão o caráter de perpetuidade que ela nunca deve trair”²⁵.

A 31 de março, a Assembleia Nacional discutiu, na especialidade, a base I. O presidente da câmara, José Alberto dos Reis²⁶, começou por esclarecer os deputados que estava na mesa uma proposta de aditamento, assinada por Antunes Guimarães²⁷, Moura Relvas²⁸, Braga da Cruz²⁹, Linhares de Lima³⁰, Pacheco de Amorim³¹, Pinto da Mota³² e Cirne de Castro³³. A mesma dizia: “Ao Estado incumbe estimular a ação educativa da família e auxiliar as instituições particulares e os corpos administrativos que promovam a assistência educativa pré-escolar, e bem assim estabelecer a fiscalização desta”. Ou seja, apenas se acrescentara ao texto de Carneiro Pacheco a expressão “e os corpos administrativos”³⁴.

Intervieram no debate vários deputados: Marques de Carvalho³⁵, Álvaro Morna³⁶, Almeida Garrett³⁷, Pacheco de Amorim, Pinheiro Torres³⁸, Antunes Guimarães, Moura Relvas, Dinis da Fonseca³⁹ e Querubim Guimarães.⁴⁰

Marques de Carvalho defendeu a proposta do governo, lembrando que, a manter-se ao mesmo nível o ritmo dos gastos públicos com

a educação pré-escolar, o Estado iria despende com esta uma vez e meia mais do que com todo o ensino primário. Considerou ainda inconstitucional a alteração à base I sugerida por alguns dos seus colegas parlamentares, uma vez que colocava as autarquias locais, “concomitantemente com as instituições particulares, a serem auxiliadas pelo Estado, quando, pela Constituição, devem antes, concomitantemente com o Estado, auxiliar e estimular” as instituições particulares de assistência pré-escolar⁴¹.

Pinheiro Torres, demorando-se em considerações e em elogios a Carneiro Pacheco e à sua obra, nomeadamente à recém-criada Mocidade Portuguesa, acabou por não se pronunciar explicitamente sobre a proposta de alteração em debate. Concluiu a sua intervenção com um apelo: “Restauremos o lar, a melhor das escolas”⁴².

A intervenção de Antunes Guimarães foi, naturalmente, no sentido de defender a referida alteração à base I, justificando a sua alusão às autarquias locais com o próprio espírito da proposta de lei n.º 187: “solidariedade e eficaz colaboração”. Gerou-se um animado debate com Marques de Carvalho, acabando Antunes Guimarães por esclarecer: “O que eu pretendo é que o Estado participe com os corpos administrativos, não só para levar por diante esta grande iniciativa do estímulo da criação de instituições de assistência pré-escolares, mas para garantir as que os próprios corpos administrativos com dificuldade vão sustentando”⁴³.

Moura Relvas, outro dos signatários da proposta de alteração à base I, espalhou-se em considerações sobre a essência da educação pré-escolar, referindo Fröebel, Pestalozzi e Maria Montessori e rematando: “dirijo um apelo à Obra das Mães pela Educação Nacional, no sentido de que, a serem extintas escolas [infantis privadas], nós não vejamos abandonadas essas infelizes crianças”⁴⁴.

Intervio de seguida Pacheco de Amorim, defendendo que “o lar, que é um organismo vivo, que é a maior e a melhor parte da

própria vida, é muito mais favorável ao desenvolvimento da atividade espontânea e livre da criança do que a escola, por melhor que este seja”. Considerou lactários, creches e escolas infantis como um “mal menor”, só admissíveis nas cidades, onde os filhos não podiam acompanhar as mães para o trabalho⁴⁵.

Dinis da Fonseca prosseguiu, duvidando da possibilidade de o Estado poder substituir-se à família na educação pré-escolar e elogiando o projeto da Obra das Mães pela Educação Nacional. Após algumas interpelações breves de Moura Relvas e de Querubim Guimarães, considerou “que nada mais devemos acrescentar a esta base”⁴⁶.

Depois uma intervenção de Antunes Guimarães, que entendeu dever esclarecer que, na sua sugestão de alteração da base I, não se confundia assistência pré-escolar com assistência escolar⁴⁷, o presidente da Assembleia Nacional informou que dois dos subscritores da proposta, Pacheco de Amorim e Linhares de Lima, haviam entretanto retirado da mesma as suas assinaturas, com o seguinte esclarecimento: “O Sr. Deputado Linhares de Lima declarou-me que tinha assinado por lapso essa proposta e o Sr. Dr. Pacheco de Amorim também declarou que a assinara não tendo compreendido bem o seu conteúdo”⁴⁸.

O debate prosseguiu. Marques de Carvalho, Antunes Guimarães e Moura Relvas voltaram a intervir, os dois últimos a favor e o primeiro contra a alteração sugerida. Marques de Carvalho considerava que a mesma era “contraditória, porque, pela sua redação, temos as corporações administrativas simultaneamente a funcionar como estimuladoras e como recetoras desse estímulo”. A situação chegou a um ponto que o presidente inquiriu se Antunes Guimarães a mantinha, tendo obtido resposta afirmativa. Entretanto, interpelado por Marques de Carvalho sobre a constitucionalidade da proposta, José Alberto dos Reis confirmou-a. No momento da votação, verificou-se

que a mesma foi aprovada⁴⁹.

O assunto não terminaria aqui. A 27 de abril, antes da ordem do dia, o deputado Mário de Figueiredo⁵⁰, na sua qualidade de presidente da Comissão da Última Redação, informou a assembleia das dúvidas que lhe haviam sido colocadas pelo ministro da Educação Nacional. De facto, Carneiro Pacheco considerou que a redação que havia sido dada à base I “não correspondia ao pensamento efetivo da votação” da Assembleia Nacional, sugerindo o seguinte texto: “Ao Estado e às autarquias locais incumbe estimular a ação educativa da família e auxiliar as instituições particulares que promovam a assistência educativa pré-escolar, e bem assim estabelecer a fiscalização desta”, ou seja, acrescentando “autarquias locais”⁵¹. O presidente da câmara solicitou as opiniões de Antunes Guimarães e de Marques de Carvalho, que manifestaram o seu apoio ao texto proposto pelo ministro. Apesar de um deputado, Cancela de Abreu⁵², ter sugerido um adiamento da votação, lembrando que a mesma não poderia ser feita antes da ordem do dia, José Alberto dos Reis contornou aquilo que considerou ser um mero “excesso de formalismo”, pondo o texto à consideração do hemiciclo. O mesmo foi aprovado, assim se encerrando a discussão da base I da proposta de reforma do ensino primário⁵³.

Após alguns dias de debates sobre as restantes nove bases, produziu-se um texto final⁵⁴ que, depois de assinado, a 20 de maio desse ano de 1938, pelo presidente da República, Óscar Carmona, pelo chefe do governo, Oliveira Salazar, e pelo ministro da Educação Nacional, passou a constituir a lei n.º 1969⁵⁵.

4 A educação pré-escolar depois de 1938

A educação pré-escolar continuou em mãos privadas⁵⁶, ainda que algumas instituições estatais também se tenham parcialmente inte-

ressado pelo assunto⁵⁷. Nos anos 60, acompanhando a evolução verificada nas sociedades europeias em geral e na portuguesa em particular, foi defendida a existência de uma rede pública de jardins de infância. Tal é visível na intervenção de um deputado na Assembleia Nacional, num parecer da Câmara Corporativa (1964) e na colaboração dada ao Estatuto da Educação Nacional pelo pedagogo Émile Planchard, professor da Universidade de Coimbra (1966)⁵⁸.

Mas seria só com Veiga Simão, último ministro da Educação Nacional do Estado Novo, que se dariam os passos decisivos para o ressurgimento do ensino pré-escolar público: em 1971 foram criadas a Comissão Coordenadora da Instalação de Infantários e jardins de infância e a Direção Geral do Ensino Básico que, em 1973, passou a ter uma Divisão de Educação Pré-Escolar, responsável pela criação daqueles estabelecimentos. Ainda em 1973, em março, nasceu uma escola experimental com educação pré-escolar, o conjunto escolar Senhor da Serra, no concelho de Miranda do Corvo. Em junho do mesmo ano, surgiram duas escolas de educadores de infância, também em regime experimental, em Coimbra e Viana do Castelo. Finalmente, a Lei 5 / 73 de 25 de julho, determinou a reforma do sistema educativo e definiu a criação de uma rede pública de jardins de infância e de escolas públicas para formar educadores de infância⁵⁹.

Como escreveu António Nóvoa, “ao recriar a educação pré-escolar oficial, Veiga Simão fecha um ciclo aberto por Carneiro Pacheco com a extinção do ensino infantil oficial”⁶⁰. Tudo isto fazia parte de um amplo programa de reforma do sistema educativo, que só parcialmente foi implementado, em virtude das transformações políticas ocorridas em Portugal depois de 25 de Abril de 1974⁶¹. Houve que esperar por anos mais recentes para a educação pré-escolar pública renascer em pleno.

Referências bibliográficas

- Adão, Áurea, Remédios, Maria José (2005). “A narratividade educativa na 1.ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945)”, *Revista Lusófona de Educação*, n.º 5, pp. 85-109. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Braga, Paulo Drumond (2010). “Os ministros da Instrução Pública em tempos de Ditadura Militar (1926-1933)”, *Cadernos de Investigação Aplicada*, vol. III, pp. 97-118. Lisboa: Escola Superior de Educação de Almeida Garrett
- Cardona, Maria João (1997). Para a História da Educação de Infância em Portugal. O Discurso Oficial (1834-1990). Porto: Porto Editora.
- Carvalho, Rita Almeida de (2002). *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Lisboa, Assembleia da República. Porto: Afrontamento.
- Carvalho, Rómulo de (1986). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cruz, Manuel Braga da (1999). “Assembleia Nacional”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, pp. 132-134. Porto: Figueirinhas.
- Diário do Governo*, I série, n.º 236, Lisboa, 9 de outubro de 1937; n.º 115, Lisboa, 20 de maio de 1938.
- Diário das Sessões*, n.os 147, 165, 175, 180, 191 e Suplemento ao n.º 192, Lisboa: Assembleia Nacional, 1937-1938.
- Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 2 vols., Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1986). “Achegas para a história da educação infantil em Portugal”, id., *A Educação Infantil em Portugal*, 2.ª edição, pp. 11-130. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Lemos, Mário Matos e (2009). *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*. Um Dicionário, coordenação e prefácio de Luís Reis Torgal, Lisboa, Assembleia da República, Alfragide: Texto Ed.ª.
- Marques, A. H. de Oliveira Marques (1991). “Escolas e ensino”, *Portugal da Monarquia para a República*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI), pp. 519-576. Lisboa: Presença.
- Mónica, Maria Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista (1926-1939)*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, Presença.
- Nóvoa, António (1999). “Educação infantil”, *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, pp. 603-605. Porto: Figueirinhas.
- Nóvoa, António (1992). “A ‘Educação Nacional’”, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coordenação de Fernando Rosas (= *Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XII), pp. 454-519. Lisboa: Presença.
- Pacheco, Carneiro (1940). *Portugal Renovado (Discursos)*, Lisboa, [s.n.].
- Pimentel, Irene Flunser (2001). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa: Temas & Debates.
- Pinto, António Costa (1999). “Câmara Corporativa”, *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, pp. 218-219. Porto: Figueirinhas.
- Proença, Maria Cândida (2004). “A reforma educativa de Veiga Simão”, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, coordenação de Fernando Rosas e Pedro Aires de Almeida, pp. 233-261. Lisboa: Ed. Notícias.
- Quintas, José Manuel (1996). “Assembleia Nacional”, *Dicionário de História do Estado Novo*, direção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, pp. 69-70. Venda Nova: Bertrand.
- Ramos, Dulce Resende Coelho de Resende (1998). *A Reforma de Veiga Simão. Uma Oportunidade perdida de Modernização do Sistema Educativo Português na Década de 70*,

- dissertação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Educação, especialidade de Desenvolvimento Curricular, exemplar mimeografado, Braga.
- Rosas, Fernando (1996). “Câmara Corporativa”, *Dicionário de História do Estado Novo*, direção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, pp. 113-115. Venda Nova: Bertrand.
- Sampaio, José Salgado (1968). “Ensino infantil em Portugal (contribuição monográfica)”, *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 8, pp. 76-78. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica.
- Sousa, Jorge Pires de (1999). *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*. Coimbra: Minerva.
- Stoer, Stephen R. (1983). “A reforma de Veiga Simão no ensino: projeto de desenvolvimento social ou ‘disfarce humanista’?”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), n.º 3-4-5, pp. 793-822. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Teodoro, António (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Afrontamento.
- Vargas, Ana (2000). “Mulheres na Assembleia Nacional (1933 / 1974)”, *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, n.º 6, novembro, pp. 43-62. Lisboa: Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral.

Notas

¹ Para tudo isto, cfr. José Salgado Sampaio, “Ensino infantil em Portugal (contribuição monográfica)”, *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica, 1968, pp. 76-78; Joaquim Ferreira Gomes, “Achezas para a história da educação infantil em Portugal”, in id., *A Educação Infantil em Portugal*, 2.ª edição, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 54-83; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 667-669; A. H. de Oliveira Marques, “Escolas e ensino”, in *Portugal da Monarquia para a República*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI), Lisboa, Presença, 1991, p. 524; Maria João Cardona, *Para a História da Educação de Infância em Portugal. O Discurso Oficial (1834-1990)*, Porto, Porto Editora, 1997, pp. 34-43.

² Joaquim Ferreira Gomes, “Achezas para a história da educação infantil [...]”, pp. 83-90; Maria João Cardona, *Para a História da Educação de Infância [...]*, pp. 43-49; António Nóvoa, “Educação infantil”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 603.

³ Carneiro Pacheco (1887-1957), professor da Faculdade de Direito de Coimbra e, depois, da de Lisboa, tendo chegado a reitor, foi deputado à Assembleia Nacional (eleito em 1934 e em 1938, interrompeu em ambas vezes as funções, devido ao desempenho de outras missões), ministro da Educação Nacional (1936-1940), embaixador extraordinário e plenipotenciário no Vaticano (1940-1945) e em Madrid (1945-1953) e procurador à Câmara Corporativa (1953-1957).

⁴ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista (1926-1939)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, Presença, 1978; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal [...]*, pp. 753-778; António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coordenação de Fernando Rosas (= *Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XII), Lisboa, Presença, 1992, pp. 458-460; António Teodoro, *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*, Porto, Afrontamento, 2001, pp. 181-189.

⁵ Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), diplomado pelo Curso Superior de Letras, doutor em Filologia Germânica e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi, depois da sua passagem pelo governo, procurador à Câmara Corporativa (1935-1945) e diretor do Instituto de Alta Cultura (1942-1964). Veja-se, sobre a sua política educativa, Paulo Drumond Braga, “Os ministros da Instrução Pública em tempos de Ditadura Militar (1926-1933)”, *Cadernos de Investigação Aplicada*, vol. III, Lisboa, Escola Superior de Educação de

Almeida Garrett, 2010, pp. 97-118.

⁶ *Diário do Governo*, I série, n.º 236, Lisboa, 9 de outubro de 1937, pp. 1072.

⁷ *Diário das Sessões*, n.º 147, Lisboa, Assembleia Nacional, 26 de novembro de 1937, p. 27.

⁸ Segundo a Constituição de 1933, que instituiu o Estado Novo, a Assembleia Nacional era um dos órgãos de soberania, a par com o presidente da República, o governo e os tribunais. Competia-lhe elaborar as leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las. Também deliberava a respeito da revisão constitucional antes de vencido o prazo de 10 anos sobre a última revisão ocorrida. Da sua exclusiva competência eram temas como a declaração do estado de sítio, a aprovação de convenções internacionais e a criação ou a supressão de serviços públicos. Em qualquer altura, podia ser dissolvida pelo Presidente da República. Começou por ser constituída por 90 deputados, eleitos em lista única, de quatro em quatro anos, por sufrágio direto. Quer isto dizer que não eram permitidos candidatos a deputados pela oposição e que os eleitos não representavam qualquer círculo eleitoral. Nessa primeira fase da história da Assembleia Nacional, que se pode estender até 1945, as sessões legislativas duravam três meses e não havia comissões parlamentares permanentes e especializadas. Cfr. José Manuel Quintas, “Assembleia Nacional”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 69-70; Manuel Braga da Cruz, “Assembleia Nacional”, in *Dicionário de História de Portugal* [...], vol. VII, pp. 132-134; Rita Almeida de Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Lisboa, Assembleia da República, Porto, Afrontamento, 2002, in pp. 198-205.

⁹ *Diário das Sessões*, n.º 147, Lisboa, Assembleia Nacional, 26 de novembro de 1937, pp. 26-27.

¹⁰ Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado (Discursos)*, Lisboa, [s.n.], 1940, p. 350.

¹¹ Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas & Debates, 2001.

¹² *Diário das Sessões*, n.º 147 [...], p. 31.

¹³ Além da Assembleia Nacional, o Estado Novo havia criado uma outra estrutura de cariz parlamentar, a Câmara Corporativa, que se pronunciava sobre propostas e projetos de lei e sobre convenções ou tratados internacionais, antes dos mesmos serem discutidos na Assembleia Nacional. O seu parecer não era vinculativo. Apesar da sua escassa importância prática, funcionou como um importante órgão de pressão e arbitragem dos diversos interesses económicos e sociais do Estado Novo. Os membros da Câmara Corporativa, os chamados procuradores, eram-no por inerência – como era o caso dos presidentes dos organismos de coordenação económica, grémios, sindicatos e federações – ou então por escolha do Conselho Corporativo, um órgão composto por Salazar, vários ministros e dois professores de Direito corporativo. Na prática, eram, na sua maioria, funcionários da administração central e local, notáveis do regime ou representantes dos interesses económicos. Cfr. Fernando Rosas, “Câmara Corporativa”, in *Dicionário de História do Estado Novo* [...], vol. I, pp. 113-115; António Costa Pinto, “Câmara Corporativa”, in *Dicionário de História de Portugal* [...], vol. VII, pp. 218-219.

¹⁴ Júlio Dantas (1876-1962), poeta, dramaturgo, contista, romancista, cronista e ensaísta, presidiu por diversas vezes à Academia das Ciências de Lisboa ao longo dos anos 20 a 50. Durante a primeira República, foi ministro da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros e senador e, tendo aderido ao Estado Novo, passou pela Câmara Corporativa (1935-1960). Para a elaboração dos curtos apontamentos biográficos dos intervenientes nos debates de 1938, servi-me, fundamentalmente, do *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 2 vols., Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005.

¹⁵ João Duarte de Oliveira (1875-1946), professor da Faculdade de Medicina de Coimbra, foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública (1932) e procurador à Câmara Corporativa em representação da universidade (1935-1938).

¹⁶ *Diário das Sessões*, n.º 165, Lisboa, Assembleia Nacional, 5 de março de 1938, pp. 425-426.

¹⁷ Alguns autores já se referiram a estes debates, mas nenhum o fez de forma exaustiva. Cfr., por exemplo, Joaquim Ferreira Gomes, “Acheegas para a história da educação infantil [...]”, pp. 92-95; Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* [...], pp. 115-117, *passim*; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], pp. 762-766; António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’”, [...], p. 480, nota 61; Áurea Adão e Maria José Remédios, “A narratividade educativa na 1.ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das

mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945)”, *Revista Lusófona de Educação*, n.º 5, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2005, p. 108.

¹⁸ Maria Batista dos Santos Guardiola (1895-1987) tinha o curso de professora primária e licenciara-se em Matemática pela Universidade de Coimbra. Professora de vários liceus, chegou a reitora de um deles, o de Maria Amália Vaz de Carvalho. Integrou o Conselho Superior de Instrução Pública, a Junta Nacional de Educação e a Obra das Mães pela Educação Nacional e foi deputada à Assembleia Nacional (1935-1945 e 1949-1953). A sua função mais duradoura foi a de comissária nacional da Mocidade Portuguesa Feminina (1937-1968).

¹⁹ De facto, a primeira Assembleia Nacional, inaugurada em 1935, tinha, pela primeira vez na história de Portugal, mulheres deputadas. Eram, além de Maria Guardiola, Domitila de Carvalho (1871-1966), escritora, médica e professora de liceu, e Maria Cândida Parreira (1877-1942), advogada. Cfr. Ana Vargas, “Mulheres na Assembleia Nacional (1933 / 1974)”, *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, n.º 6, Lisboa, Ministério da Administração Interna, Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, novembro de 2000, pp. 43-62; Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo* [...], pp. 30-33; Áurea Adão e Maria José Remédios, “A narratividade educativa na 1.ª fase da governação de Oliveira Salazar [...]”, pp. 85-109; J. M. Tavares Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, Texto, 2009, pp. 137-138.

²⁰ *Diário das Sessões*, n.º 175, Lisboa, Assembleia Nacional, 24 de março de 1938, pp. 546-548.

²¹ Luís Augusto de Campos Metrass Moreira de Almeida (1900-?) foi deputado de 1935 a 1940. Entre outras funções que desempenhou, cite-se a de vogal da comissão administrativa da Câmara Municipal de Setúbal (1933-1934).

²² Francisco Cardoso de Melo Machado (1889-1975), deputado de 1935 a 1961, foi ainda presidente da Câmara Municipal de Alenquer (1941-1955), vice-presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1945-1947) e vice-presidente da Junta Nacional do Vinho (1955-1961).

²³ Juvenal Henriques de Araújo (1892-1976) foi deputado católico durante a primeira República. Esteve na Assembleia Nacional de 1935 a 1945, regressando depois ao Funchal, onde nascera, presidindo à Comissão Distrital de Assistência (1947-1953).

²⁴ *Diário das Sessões*, n.º 175 [...], pp. 548-551.

²⁵ *Diário das Sessões*, n.º 175 [...], pp. 551-554.

²⁶ José Alberto dos Reis (1875-1955) era um dos mais próximos colaboradores de Salazar. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, chegou a reitor da universidade e a diretor da faculdade. Foi presidente da Assembleia Nacional de 1935 a 1944. Afastou-se da política por razões de saúde.

²⁷ João Antunes Guimarães (1877-1951) foi deputado de 1935 a 1953. Anteriormente, passara pelo governo, como ministro do Comércio e Indústria (1929-1932). Presidiu ainda à Comissão Central da União Nacional e à Junta da Província do Douro Litoral.

²⁸ Joaquim Moura Telvas (1898-1981) esteve na Assembleia Nacional de 1935 a 1957, tendo sido posteriormente presidente da Câmara Municipal de Coimbra (1965) e procurador à Câmara Corporativa (1965-1969).

²⁹ José Maria Braga da Cruz (1888-1989) desempenhou funções políticas durante a Monarquia do Norte e foi deputado católico em 1921. Voltou ao hemiciclo entre 1935 a 1953.

³⁰ Henrique Linhares de Lima (1876-1953) foi ministro da Agricultura (1929 e 1932) e do Interior (1934-1936), deputado (1935-1953) e presidente da Junta da Província da Estremadura (1944-1945).

³¹ Diogo Pacheco de Amorim (1888-1976), professor da Faculdade de Direito de Coimbra, deputado católico durante a primeira República, esteve na Assembleia Nacional de 1935 a 1938 e de 1945 a 1953.

³² António de Almeida Pinto da Mota (1865-1951) tinha atrás de si uma longa carreira política e administrativa. Durante a Monarquia foi administrador do concelho de Valença (1900-1905) e deputado pelo Partido Regenerador (1904, 1906 e 1908-1910). Presidente da Câmara Municipal de Valença durante a Monarquia do Norte (1919), voltou a sê-lo em 1936. Foi deputado estado-novista de 1935 a 1942, sendo então um dos mais idosos parlamentares.

³³ Francisco Manuel Henriques Pereira Cirne de Castro (1899-1980) foi presidente da Junta Geral do Distrito de Viana do Castelo (1932), deputado (1935-1938) e governador civil da

Guarda (1939-1944).

³⁴ *Diário das Sessões*, n.º 180, Lisboa, Assembleia Nacional, 1 de abril de 1938, p. 618.

³⁵ Artur Rodrigues Marques de Carvalho (1900-1953) tinha sido apoiante da Monarquia do Norte. Durante o Estado Novo, além das funções de deputado, que desempenhou de 1935 a 1953, foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública e da Junta Nacional de Educação e membro da Comissão Executiva da União Nacional.

³⁶ Álvaro Freitas Morna (1885-1961) esteve na Assembleia Nacional de 1935 a 1942, tendo sido depois governador-geral de Angola (1942).

³⁷ Francisco Xavier de Almeida Garrett (1883-1951), monárquico integralista, foi deputado apenas de 1935 a 1937. Cada vez mais afastado do Estado Novo, candidatou-se de novo à Assembleia Nacional em 1949, agora por listas da oposição, 11 mas, como todos os outros nessa situação ao longo de toda a história do Estado Novo, não foi eleito. Sobre o assunto, cfr. Mário Matos e Lemos, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, coordenação e prefácio de Luís Reis Torgal, Lisboa, Assembleia da República, Alfragide, Texto Ed.ª, 2009.

³⁸ Alberto Pinheiro Torres (1874-1962), católico e monárquico integralista, foi deputado durante a fase final da Monarquia (1908-1910) e na primeira República (1918-1919 e 1925-1926). Esteve na Assembleia Nacional de 1935 a 1938.

³⁹ Joaquim Dinis da Fonseca (1887-1958) foi deputado de 1935 a 1958. Pelo meio, foi subsecretário de Estado da Assistência Social (1940-1944) e das Finanças (1944-1950). Antes, tinha sido deputado católico durante a primeira República.

⁴⁰ Querubim do Vale Guimarães (1880-1970), monárquico, senador durante a primeira República, passou pela Assembleia Nacional de 1935 a 1938 e de 1942 a 1949.

⁴¹ *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], pp. 618-619.

⁴² *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], pp. 619-621.

⁴³ *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], p. 621.

⁴⁴ *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], pp. 621-622.

⁴⁵ *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], pp. 622-624.

⁴⁶ *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], pp. 624-626.

⁴⁷ *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], p. 626.

⁴⁸ *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], pp. 626-627.

⁴⁹ *Diário das Sessões*, n.º 180 [...], p. 627.

⁵⁰ Mário de Figueiredo (1891-1969) foi sempre uma das pessoas mais próximas de Salazar, conhecendo-o desde que ambos frequentaram o seminário de Viseu. Foi ministro da Justiça (1928-1929), membro do Conselho Político Nacional (1931-1933), deputado à Assembleia Nacional (1935-1969) – tendo sido seu presidente de 1961 a 1969 –, membro da missão que foi ao Vaticano negociar a Concordata e o Acordo Missionário (1937-1940), ministro da Educação Nacional (1940-1944) e conselheiro de Estado (1952-1969).

⁵¹ *Diário das Sessões*, n.º 191, Lisboa, Assembleia Nacional, 28 de abril de 1938, pp. 808-809.

⁵² Augusto Cancela de Abreu (1895-1965) foi uma figura de algum relevo do Estado Novo, tendo desempenhando as funções de deputado (1935-1942 e 1953-1957), ministro das Obras Públicas (1944-1947) e do Interior (1947-1950) e presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1957-1961).

⁵³ *Diário das Sessões*, n.º 191 [...], pp. 809-810.

⁵⁴ *Diário das Sessões, Suplemento* ao n.º 192, Lisboa, Assembleia Nacional, 2 de maio de 1938, pp. 1-10.

⁵⁵ *Diário do Governo*, I série, n.º 115, Lisboa, 20 de maio de 1938, pp. 845-847.

⁵⁶ Verifica-se que, sobretudo a partir de 1945, houve um aumento substancial da procura, uma vez que passou a haver um número cada vez maior de mulheres a trabalhar fora de casa. Além das creches, nasceram também várias escolas de formação de educadores de infância, todas privadas. Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, “Achegas para a história da educação infantil [...]”, pp. 96-110; António Nóvoa, “Educação infantil” [...], p. 604; Maria João Cardona, *Para a História da Educação de Infância* [...], pp. 54-56.

⁵⁷ Por exemplo, em 1938, o presidente da Junta da Província da Beira Litoral, o famoso médico Bissaya Barreto (1886-1974), criou casas da criança em Coimbra e outras localidades, com consultas médicas e creches, para crianças até aos seis anos. Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, “Achegas para a história da educação infantil [...]”, pp. 97-98; Jorge Pires de Sousa, *Bissaya*

Barreto. *Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva, 1999, pp. 171-189.

⁵⁸ Joaquim Ferreira Gomes, “Achegas para a história da educação infantil [...]”, pp. 110-112; Maria João Cardona, *Para a História da Educação de Infância* [...], pp. 57-65; António Nóvoa, “Educação infantil” [...], pp. 604-605.

⁵⁹ Joaquim Ferreira Gomes, “Achegas para a história da educação infantil [...]”, pp. 112-117; Maria João Cardona, *Para a História da Educação de Infância* [...], pp. 65-71; António Nóvoa, “Educação infantil” [...], p. 605.

⁶⁰ António Nóvoa, “Educação infantil” [...], p. 605.

⁶¹ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], pp. 807-813; Stephen R. Stoer, “A reforma de Veiga Simão no ensino: projeto de desenvolvimento social ou ‘disfarce humanista’?”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), n.º 3-4-5, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1983, pp. 793-822; Dulce Resende Coelho de Resende Ramos, *A Reforma de Veiga Simão. Uma Oportunidade perdida de Modernização do Sistema Educativo Português na Década de 70*, dissertação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Educação, especialidade de Desenvolvimento Curricular, exemplar mimeografado, Braga, 1998; e, sobretudo, Maria Cândida Proença, “A reforma educativa de Veiga Simão”, in *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, coordenação de Fernando Rosas e Pedro Aires de Almeida, Lisboa, Ed. Notícias, 2004, pp. 233-261.